



Grupo Herval

HS Financeira S/A
Crédito, Financiamento e
Investimentos -
Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em
30 de junho de 2019 e 2018





Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balanço patrimonial consolidado	7
Demonstração consolidada do resultado	9
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas”, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações em 23 de agosto de 2019.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentado para fins comparativo, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de agosto de 2018, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas” e Nota 3 – “Resumo das principais práticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres

HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

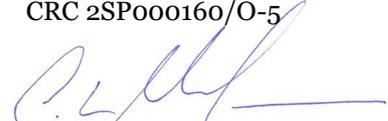


HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7



Balço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Ativo			
Circulante		245.831	273.535
Disponibilidades		69	121
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	64.503	83.904
Títulos e valores mobiliários	5	73.542	53.039
Operações de crédito		84.096	99.973
Operações de crédito setor privado	6	103.609	121.992
Provisão p/ oper. cré. liquid. duvidosa	6	(19.513)	(22.019)
Títulos e créditos a receber		16.713	31.260
Títulos e créditos a receber	6	19.678	36.699
Provisão p/ outros créditos	6	(2.965)	(5.439)
Outros créditos		6.516	5.085
Adiantamentos diversos		3.069	2.262
Impostos e contr. a compensar	7	1.385	343
Devedores diversos		2.062	2.480
Outros valores e bens		392	153
Despesas antecipadas		392	153
Realizável a longo prazo		8.577	8.375
Títulos e valores mobiliários	5	-	-
Operações de crédito		2.089	2.836
Operações de crédito setor privado	6	2.356	3.541
Provisão p/ oper. cré. liquid. duvidosa	6	(267)	(705)
Títulos e créditos a receber		534	1.624
Títulos e créditos a receber	6	537	1.651
Provisão para outros créditos	6	(3)	(27)
Devedores diversos		28	103
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	8	5.685	3.574
Devedores p/ depósito garantia		241	238
Permanente		1.136	945
Investimentos		2	2
Outros investimentos		2	2
Imobilizado de uso	9	1.040	866
Imobilizações de uso		1.932	1.651
Depreciações acumuladas		(892)	(785)
Intangível	9	94	77
Intangível		236	192
Amortização acumulada		(142)	(115)
Total do ativo		255.544	282.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Passivo			
Circulante		49.022	75.367
Recursos de aceites e emissão de títulos		20.373	25.143
Recursos de aceites cambiais	10	20.373	25.143
Outras obrigações		28.649	50.224
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		97	72
Sociais e estatutárias		264	7.352
Fiscais e previdenciárias		4.215	3.973
Comissões a pagar		4.962	3.469
Outras obrigações diversas	11	19.111	35.358
Exigível a longo prazo		59.151	78.087
Recursos de aceites e emissão de títulos		52.368	72.166
Recursos de aceites cambiais	10	52.368	72.166
Outras obrigações		6.783	5.921
Provisão para contingências	12	632	855
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	8	5.685	3.574
Outras obrigações diversas	11	466	1.492
Patrimônio líquido	15	147.371	129.401
Capital social	15.1	67.000	67.000
de domiciliados no país		67.000	67.000
Reservas de lucros	15.2	3.787	4.000
Reserva legal		189	3.180
Reservas estatutárias		3.598	820
Participação de não controladores		76.584	58.401
Total do passivo e do patrimônio líquido		255.544	282.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração consolidada do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Receitas da intermediação financeira		28.227	30.998
Operações de crédito	16	24.274	27.306
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		2.187	2.420
Resultado de TVM		1.766	1.272
Despesas da intermediação financeira		(15.044)	(23.518)
Operações de captação no mercado		(2.409)	(3.429)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.5	(12.635)	(20.089)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.183	7.480
Outras receitas (despesas) operacionais		5.959	5.759
Receita de prestação de serviços	17	1.885	1.906
Rendas taxas administrativas de consórcios	17	63.626	54.970
Despesas de pessoal		(9.272)	(8.444)
Outras despesas administrativas	18	(11.368)	(12.129)
Despesas tributárias		(8.558)	(7.512)
Despesas depreciação e amortização		(153)	(138)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	19	(30.201)	(22.894)
Outras receitas (despesas) não operacionais		(4)	-
Despesas não operacionais		(4)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		19.138	13.239
Imposto de renda e contribuição social	20	(5.367)	(6.469)
Provisão para imposto de renda		(3.887)	(4.490)
Provisão para contribuição social		(1.480)	(1.979)
Lucro líquido do semestre		13.771	6.770
Resultado atribuído aos			
Sócios controladores		3.969	(3.231)
Sócios não controladores		9.802	10.001
		13.771	6.770
Resultado líquido do exercício		13.771	6.770
Juros sobre capital próprio	13	-	(2.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva Estatutária	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750	48.400	125.150
Lucro líquido do semestre	-	-	-	(3.231)	(3.231)	10.001	6.770
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.519)	(2.519)	-	(2.519)
Reserva estatutária	-	-	(5.750)	5.750	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	67.000	3.180	820	-	71.000	58.401	129.401
Mutações do semestre	-	-	(5.750)	-	(5.750)	10.001	4.251
Saldos em 31 de dezembro de 2018	67.000	-	-	(182)	66.818	66.782	133.600
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.969	3.969	9.802	13.771
Destinação:							
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	(182)	182	-	-	-
Reserva legal	-	189	-	(189)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	3.780	(3.780)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	67.000	189	3.598	-	70.787	76.584	147.371
Mutações do semestre	-	189	3.598	182	3.969	9.802	13.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstração consolidada dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado líquido do semestre	13.771	6.770
Ajustes ao resultado líquido		
Juros sobre capital próprio	-	(2.519)
Depreciação e amortização	153	117
Resultado na venda de bens	(28)	-
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	(7.372)	7.582
Reversão de provisão para contingências	(83)	291
Resultado líquido ajustado	6.441	12.241
Variações nos ativos e nos passivos	2.779	1.831
Operações de créditos	17.625	13.715
Despesas antecipadas	33	288
Outros créditos	7.039	8.846
Aplicações Interfinanceiras	(4.975)	(11.737)
Depósitos	-	(2)
Recursos e aceites cambiais	2.839	(674)
Outras obrigações	(15.488)	(2.948)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.294)	(5.657)
Caixa proveniente das atividades operacionais	9.220	14.072
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo permanente	(399)	(252)
Baixas de ativo permanente	-	22
Recebimento pela venda de imobilizado	33	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	37.691	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	37.325	(230)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	46.545	13.842
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	70.518	72.327
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	117.063	86.169
Varição de caixa e equivalentes de caixa	46.545	13.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") com sede em Dois Irmãos, R/S, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

A HS Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

Em 11 de junho de 2019, o quadro de acionistas da Financeira passou por alterações. Momento em que, os acionistas pessoa física, da família Grings, retiram-se do quadro societário da Financeira, vendendo suas ações aos sócios pessoa física, da família Seger.

Conglomerado Prudencial ("Instituição"):

O conglomerado encontra-se registrado no Unicad com a seguinte composição:

- HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos – líder
- HS Administradora de Consórcios Ltda. – participante

Para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Financeira e a Administradora são denominadas em conjunto de "Instituição".

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 do CMN e Circular 3.701 de 31 de março de 2014 do BACEN, que requer a consolidação de entidades financeiras, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Foram consolidadas as empresas HS Financeira S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consórcio Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial a Financeira como entidade líder consolidou suas demonstrações financeiras com a Administradora, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

Em 30 de junho de 2018	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	Lucro líquido do semestre
HS Administradora de Consórcios Ltda	60.742	15.877	58.401	74.278	10.001
HS Financeira S/A	222.113	137.577	71.000	208.577	(3.231)
Consolidado	282.855	153.454	129.401	282.855	6.770
Em 30 de junho de 2019	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	Lucro líquido do semestre
HS Administradora de Consórcios Ltda	84.446	22.174	76.584	98.758	9.802
HS Financeira S/A	171.098	85.999	70.787	156.786	3.969
Consolidado	255.544	108.173	147.371	255.544	13.771



A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de outubro de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Aplicações financeiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

3.3.1 Títulos para negociação

Adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

3.3.2 Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários.

3.3.3 Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

3.4 Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente



são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito conforme demonstrado na Nota 6.

3.5 Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos.

3.6 Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica fixadas por espécie de bens.

3.7 Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

3.8 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

Para a Financeira, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, para o semestre findo em 30 de junho de 2018 é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme MP nº 675, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015 com vigência até 31 de dezembro de 2018, para o semestre findo em 30 de junho de 2019 a alíquota usada é de 15%.

Para a Administradora, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.8.1 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 25:

3.8.1.1 Ativos contingentes

São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

3.8.1.2 Passivos contingentes

São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Instituição reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de:

Processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.



São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

3.9 Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

3.10 Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição	Vencimento	30/06/2019	30/06/2018
Operações compromissadas / Posição Bancada			
Depósito interbancário	Até 30 dias	43.452	33.009
Depósito interbancário	Até 01 ano	21.051	50.895
TOTAL		64.503	83.904

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas até o vencimento.

Saldos de caixa e equivalentes de caixa	30/06/2019	30/06/2018
CDB	67.348	48.800
Depósito Interbancário	43.452	33.009
Fundo de investimento em cotas de Fundo de Investimento	6.194	4.239
Disponibilidades	69	121
Total	117.063	86.169



5 Títulos e valores mobiliários

Administradora	30/06/2019				30/06/2018		
	Sem vencimento	A vencer em até 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Valores de mercado/contábil ⁽ⁱ⁾	Marcação a mercado	Valores de mercado/contábil ⁽ⁱ⁾	Marcação a mercado
Fundos de investimento ⁽ⁱ⁾	6.194	-	-	6.194	6.194	4.239	4.239
CDB pós-fixado	-	16.284	44.337	60.621	60.621	48.800	48.800
CDB automático	-	-	6.727	6.727	6.727	-	-
Total	6.194	16.284	51.064	73.542	73.542	53.039	53.039

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

6 Operações de crédito e títulos e créditos a receber

A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

6.1 Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por modalidade

Operações de crédito	30/06/2019	30/06/2018
Financiamentos	75.574	85.793
Empréstimos	21.843	34.427
Outros créditos com características de concessão de crédito	20.215	38.350
Antecipação de recebíveis	8.548	5.313
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Créditos	(19.780)	(22.724)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	(2.968)	(5.466)
Total	103.432	135.693

6.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2019	%	30/06/2018	%
Concentração das operações de crédito				
10 maiores devedores	8.406	6,66	7.297	4,45
50 seguintes maiores devedores	1.907	1,51	2.737	1,67
100 seguintes maiores devedores	1.137	0,90	1.275	0,78
Demais devedores	114.730	90,93	152.574	93,10
Total	126.180	100	163.883	100



6.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	30/06/2019	30/06/2018
Carteira de crédito						
Vencidos	6.460	72	11.615	3.662	21.809	31.593
A vencer						
Até 3 meses	8.696	8.054	33.453	9.022	59.225	70.716
De 3 a 12 meses	6.118	299	28.841	6.994	42.252	56.382
De 1 a 3 anos	538	123	1.660	537	2.858	5.031
Após 3 anos	31	-	5	-	36	161
Total da carteira	21.843	8.548	75.574	20.215	126.180	163.883
Circulante	21.274	8.425	73.909	19.679	123.287	158.691
Realizável a longo prazo	569	123	1.665	536	2.893	5.192

6.4 Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

Níveis	Pessoa		30/06/2019 Provisão para operações de crédito	Pessoa		30/06/2018 Provisão para operações de crédito
	jurídica	Pessoa física		jurídica	Pessoa física	
A	7.925	75.494	416	233	99.741	501
B	464	6.808	73	1.477	10.712	122
C	653	5.094	172	3.099	7.517	318
D	-	3.417	342	1.861	5.164	702
E	-	3.133	940	35	4.717	1.425
F	185	2.927	1.556	120	5.391	2.756
G	30	2.742	1.941	3	4.829	3.382
H	186	17.122	17.308	2.259	16.725	18.984
Total	9.443	116.737	22.748	9.087	154.796	28.190

6.5 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	31.699	20.823
Créditos baixados contra prejuízo	(21.586)	(12.722)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.635	20.089
Saldo final	22.748	28.190

As operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizam R\$ 7.697 (R\$ 7.707 em 30 de junho de 2018). No exercício findo em 30 de junho de 2019, foram recuperados créditos no montante de R\$ 3.604 (R\$ 2.963 em 30 de junho de 2018).



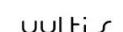
7 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2019	30/06/2018
IRPJ	768	47
CSLL	617	51
COFINS	-	244
PIS	-	1
Total	1.385	343

8 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, e as respectivas obrigações dos valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas no grupo "Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados".

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Administradora possui recursos pendentes de recebimento no montante de R\$ 5.685 (R\$ 3.574 no semestre em 30 de junho de 2018).



9 Imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Instalações	Total
Em 2018							
Saldo em 30/06/2018							
Custo	336	288	1.024	192	-	3	1.843
Depreciação/amortização	(119)	(120)	(544)	(116)	-	(1)	(900)
Saldo contábil líquido	217	168	480	76	-	2	943
Em 2019							
Saldo inicial em 01/01/2019	231	199	399	62	-	2	893
Aquisições	22	62	271	-	44	-	399
Baixas	(2)	(2)	-	-	-	(1)	(5)
Depreciação/amortização	(16)	(32)	(93)	(12)	-	-	(153)
Saldo contábil líquido	235	227	577	50	44	1	1.134
Saldo em 30/06/2019							
Custo	384	399	1.147	192	44	2	2.168
Depreciação/amortização	(149)	(172)	(570)	(142)	-	(1)	(1.034)
Saldo contábil líquido	235	227	577	50	44	1	1.134



10 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do Certificado de depósito interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2019	30/06/2018
A vencer até 3 meses	3.910	15.274
A vencer de 3 a 12 meses	16.463	9.869
A vencer de 1 a 3 anos	52.368	72.166
Total	72.741	97.309
Circulante	20.373	25.143
Exigível a longo prazo	52.368	72.166

11 Outras obrigações diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Diversas		
Sociedades ligadas e coligadas ⁽ⁱ⁾	8.694	24.702
Credores diversos – país ⁽ⁱ⁾	3.122	7.208
Recursos não procurados ⁽ⁱⁱ⁾	4.954	2.808
Fornecedores diversos	1.572	1.073
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽ⁱⁱⁱ⁾	835	848
Saldo remanescente de grupos a pagar ^(iv)	400	211
Total	19.577	36.850
Circulante	19.111	35.358
Exigível a longo prazo	466	1.492

(i) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.

(ii) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.

(iii) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.

(iv) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

12 Provisão para contingências

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 2.238 para semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 2.895 em 30 de junho de 2018).

Em 30 de junho as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

Natureza	Provável	
	30/06/2019	30/06/2018
Trabalhista	302	404
Cível	330	451
Total	632	855



Movimentação da provisão para passivos contingentes

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	715	564
(Reversão) constituição de provisão	<u>(83)</u>	<u>291</u>
Saldo final	<u>632</u>	<u>855</u>

13 Juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram destinados juros sobre o capital próprio (R\$ 2.519 em 30 de junho de 2018), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros sobre o capital próprio, para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi reclassificada da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil.

14 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativos e (passivos)		Receitas e (despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Depósitos a prazo	<u>19.375</u>	<u>14.413</u>	<u>(421)</u>	<u>(497)</u>
Herval Corretora de Seguros	349	327	(11)	(11)
Ligadas Pessoas Físicas	19.026	14.086	(410)	(486)
Devedores diversos	<u>867</u>	<u>895</u>	<u>20.670</u>	<u>24.486</u>
Global Distrib. Bens Consumo	867	895	20.670	24.486
Credores diversos	<u>(8.148)</u>	<u>(24.732)</u>	<u>(1.988)</u>	<u>(3.096)</u>
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	(9)	(16)	-	-
Herval Indústria de Móveis	(14)	(25)	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	(8.125)	(24.691)	(1.988)	(3.096)
Sociais e estatutárias	<u>-</u>	<u>(7.000)</u>	<u>-</u>	<u>(2.519)</u>
Ligadas Pessoas Físicas	-	(7.000)	-	(2.519)

14.1 Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 564 (R\$ 204 em 30 de junho de 2018).

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O capital social em 30 de junho de 2019 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em junho de 2018), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.



HS Administradora de Consórcios S.A.: O capital social em 30 de junho de 2019 é de R\$ 18.000 (R\$ 18.000 em junho de 2018), composto por 18.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

15.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo de reserva legal em 30 de junho de 2019 é de R\$ 189 (R\$ 3.180 em junho de 2018).

HS Administradora de Consórcios S.A.: O saldo de reserva legal em 30 de junho de 2019 é de R\$ 2.624 (R\$ 1.715 em junho de 2018).

15.3 Reserva estatutária

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações.

HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo de reserva de lucros em 30 de junho de 2019 é de R\$ 2.598 (R\$ 820 em junho de 2018).

HS Administradora de Consórcios S.A.: O saldo de reserva de lucros em 30 de junho de 2019 é de R\$ 55.960 (R\$ 46.648 em junho de 2018).

16 Receita de operações de crédito

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de financiamentos	14.333	14.795
Rendas empréstimos cartão de crédito	3.919	6.422
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	3.604	2.963
Rendas de empréstimos	1.897	2.488
Rendas de títulos descontados	521	638
Total	24.274	27.306

17 Receita de prestação de serviços

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas taxas de administração de consórcios	63.626	54.970
Receita de comissão intermediação cartão assistência	691	513
Tarifa de transferência financeira	448	85
Rendas de outros serviços	380	417
Receita de comissão trafego rede externa	211	316
Rendas de serviços prioritários - PF	128	270
Receita de comissão seguros	27	45
Receita de comissão intermediação cartão HS Card	-	260
Total	65.511	56.876



18 Outras despesas administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Despesa de serviços de terceiros	1.775	1.952
Despesa de processamento de dados	1.706	1.727
Despesa de propaganda	1.479	1.450
Despesa de cobrança	1.342	1.198
Outras despesas administrativas	1.090	1.693
Despesa de transportes e correios	879	738
Despesa de viagens e eventos	795	675
Despesa de serviços do sistema financeiro	710	1.106
Despesas de impostos, taxas e emolumentos	471	324
Despesa de serviços técnicos especializados	396	303
Despesa de comunicações	389	660
Despesas com alugueis	336	303
Total	11.368	12.129

19 Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas

	30/06/2019	30/06/2018
Outras rendas operacionais	155	-
Outras receitas operacionais	72	66
Outras despesas operacionais	(229)	(103)
Comissões pagas a terceiros	(30.199)	(22.857)
Total	(30.201)	(22.894)

20 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro antes dos impostos	19.138	10.720
Alíquota fiscal combinada	40%	45%
Base de cálculo	(7.655)	(4.824)
(Adições) exclusões permanentes		
Diferenças temporárias de provisões	3.574	(3.324)
Perdas fiscais	(2.207)	42
Outras (adições) e exclusões, líquido	(40)	(98)
Incentivos fiscais	47	49
Diferenças de alíquotas IR e CSLL de controlada	902	1.674
Parcela isenta do adicional de 10%	12	12
IR e CS no resultado	(5.367)	(6.469)

21 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2019, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 31,90%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8,625% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.697/99.



22 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. Abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.

Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.

Risco de liquidez: A Instituição gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

23 Outras informações – Resumo das operações de consórcio

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	30/06/2019	30/06/2018
Grupos administrados	147	125
Consociados ativos	80.842	64.119
Bens entregues a consociados	16.542	14.965
Desistentes e excluídos	64.535	55.438
Inadimplentes	9.706	8.926
Bens pendentes de entrega	4.187	3.545
Percentual de inadimplência	6,52%	7,16%

* * *